

CONCURSOS

Mais prazo para nomeação

Entra em vigor a lei que estabelece 1º de janeiro de 2022 como data inicial de validade de certames homologados até 2020

» MARIANA FERNANDES
» JÉSSICA ANDRADE

Entrou em vigor ontem a lei 14.314/22, que amplia a validade de concursos públicos homologados até 20 de março de 2020. A lei resulta da derrubada de veto presidencial ao PL 1.676, ocorrida em 17 de março, pelo Congresso Nacional.

O texto em vigência suspende os prazos de validade de concursos finalizados antes da pandemia da covid-19. Com isso, todos os certames homologados até 20 de março de 2020 terão prazo de validade contabilizado somente a partir de 1º de janeiro de 2022, de forma a garantir o direito de nomeação dos aprovados.

O poder legislativo considera a medida mais adequada, uma vez que durante os primeiros anos da pandemia, por conta do contingenciamento orçamentário, ocorreram poucas nomeações. Autor do PL 1.676, o deputado federal Israel Batista (PV-DF), comemorou a derrubada do veto. “Vitória dos concurseiros! O direito à nomeação está garantido, derrubamos o veto ao meu PL.1676”, disse o parlamentar nas redes sociais.

O deputado Hildo Rocha (MDB-MA), lembrou que as convocações não geram despesas ao governo federal, pois os certames foram finalizados.

“Não vamos precisar gastar recursos para constituir uma

nova banca. Os concursados já passaram”, disse.

A senadora Zenaide Maia (Pros-RN), por sua vez, disse que os aprovados em concursos não podem ser mais penalizados pelos efeitos da pandemia.

A derrubada do veto presidencial ocorreu em sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A reunião foi conduzida pelo deputado Marcelo Ramos (PSD-AM), 1º vice-presidente do Congresso Nacional. Ele apoiou a derrubada do veto, assim como a bancada do governo federal.

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) também apoiou a prorrogação da validade dos exames de seleção. “Com relação a

concurso — também o próprio governo reconhece isto e é o óbvio —, se durante a pandemia não houve chamamento de concursados, não tem sentido não prorrogar os concursos. Então, aqui, parabéns... Vamos derrubar esse veto aqui, que é muito importante”, disse o parlamentar.

No ano passado, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) já havia recomendado que os ramos e unidades estaduais do Ministério Público prorrogassem, até 31 de dezembro de 2021, a suspensão dos prazos de validade de concursos vigentes.

Com isso, os prazos seriam retomados a partir de 1º de janeiro de 2022, em linha com os termos da lei 14.314/22.

Ed Alves/CB/D.A Press



Congresso assegurou o direito à nomeação dos aprovados

COMBUSTÍVEIS

Caminhoneiros invadem as ruas na Espanha

» VICENTE NUNES
ENVIADO ESPECIAL
» CAMILLA GERMANO

Madri — Há 12 dias em greve, caminhoneiros tomaram as ruas de Madri ontem, em busca de subsídios para a gasolina, diesel, gás e adubo na Espanha. A proposta do governo é de que a ajuda vigore entre 1º de abril até 30 de junho. O aumento dos preços dos combustíveis é um dos efeitos da Guerra na Ucrânia, e, caso a crise se agrave, o prazo para esses subsídios pode ser estendido.

A postos em frente ao Ministério dos Transportes, os caminhoneiros bloquearam a Avenida Castellana e se concentraram na Praça San Juan de La Cruz. Entoaram cantos de que não são terroristas e exigiram que o governo lhes dê suporte o mais rapidamente possível.

Após muita pressão, o governo socialista de Pedro Sánchez cedeu. Os negociadores concordaram com as organizações de transportadores em subsidiar 20 centavos de euro (22 centavos de dólar) por cada litro de diesel. Mas os caminhoneiros independentes manterão a greve por considerar o valor insuficiente.

“O governo vai recompensar os caminhoneiros com 20 centavos de euro por litro ou quilo de combustível”, anunciou o Ministério dos Transportes, após mais de 12 horas de reunião com a organização patronal Comissão Nacional dos Transportes Rodoviários (CNTC), que reúne as associações majoritárias do setor.

Mas esse pacto foi alcançado sem a participação da Plataforma de Defesa do Setor de Transporte Rodoviário de Mercadorias, organização minoritária que

Vicente Nunes/C.B



Caminhoneiros tomaram o centro da capital espanhola para pressionar governo: supermercados registram desabastecimento

lidera a greve.

“Continuaremos com esta greve por tempo indeterminado”, anunciou Manuel Hernández, porta-voz da plataforma, no final de uma reunião na tarde de sexta-feira com a ministra dos Transportes, Raquel Sánchez, afirmando que as reivindicações não foram atendidas. “Se nos custa dinheiro trabalhar e isso não é corrigido, não podemos trabalhar”, disse o porta-voz da plataforma.

No acordo, o governo se

comprometeu a dar “uma ajuda direta ao setor de 450 milhões de euros” (496 milhões de dólares), acrescentou o ministério, que consistirá num pagamento único de 1.250 euros por caminhão, 900 por ônibus, 500 por furgão e 300 por veículo leveiro (táxis, VTC e ambulâncias).

Desde a quinta-feira, o governo espanhol tentava superar o impasse com a greve dos transportadores, que ameaça sufocar a economia do país. “Não nos levantaremos até chegarmos a um

acordo” que ponha fim à greve, disse o presidente do governo socialista, Pedro Sánchez.

Os grevistas acusam o governo de inação diante dos aumentos dos preços e criticam a gestão desse protesto, o mais importante desde o retorno da esquerda ao poder em 2018.

O governo enviou três ministros para a reunião (Economia, Transportes, Finanças), à qual Sánchez não pôde estar presente devido às cúpulas da União Europeia e da Otan em Bruxelas.

A greve dos caminhoneiros ganhou força nos últimos dias, com a multiplicação de bloqueios e ameaças a quem não a apoia. Muitas empresas interromperam a atividade de suas fábricas por falta de suprimentos e caminhões para distribuir sua produção. O protesto dos caminhoneiros afeta marcas como Danone, Heineken, Mercedes ou Arcelor Mittal. Nos supermercados espanhóis, começam a faltar produtos. (Com Agência France-Presse)

Crítica ao congelamento

Ex-presidente da Petrobras, o economista Roberto Castello Branco afirmou, ontem, que congelamento de preços “definitivamente” não é uma saída para os combustíveis. Ele lembrou, ainda, que o Brasil tem “larga experiência” em erros nesse tema, inclusive com a própria Petrobras. Castello Branco comentou a crise dos combustíveis durante transmissão promovida pelo Instituto Millenium.

Ele ressaltou que a estatal fixou o preço dos combustíveis abaixo do praticado no mercado internacional de 2011 a 2014. Essa medida resultou em perdas de US\$ 40 bilhões para a companhia.

Ele observou que o principal acionista da Petrobras é o Estado, o que significa que a sociedade perdeu recursos com a desvalorização do patrimônio da empresa. “A Petrobras perde, a sociedade perde”, disse Castello Branco.

Castello Branco afirmou, contudo, que existem “mitos” e “fake news” de que os preços dos combustíveis são muito altos no País. Ele disse que existiriam de 80 a 90 países com preços mais elevados em uma amostra de 160 países. E que essa posição se manteria mesmo tratando os preços pelo critério de paridade de poder de compra.

Nacionalização

Castello Branco descartou uma “nacionalização” da Petrobras como forma de manter preços baixos. A companhia seria insustentável como sociedade de economia mista, dividindo-se entre os interesses de acionistas privados e da União. Castello Branco acredita que o caminho seria o governo vender ações da Petrobras e torná-la uma corporação (“sem dono”), como a BR Distribuidora.

Para evitar repasses da alta do barril do petróleo para a gasolina nos postos do país, especialistas e o próprio governo estudaram a criação de fundos de estabilização. Castello Branco disse que esses fundos não seriam a melhor destinação para recursos públicos. Ele defende priorizar gastos com segurança e hospitais públicos, por exemplo.

O economista minimizou, porém, a relevância do debate sobre preço dos combustíveis. “Em vez de ficar na conversa de preços de combustíveis, deveríamos discutir o crescimento econômico, combate à pobreza, produtividade. Isso é o que temos que focar. Perder tempo com discussão de preço de combustíveis é um besteirol”, opinou.

No Brasil, decepção com alíquota fixa

» VICTOR CORREIA

Enquanto os transportadores na Espanha pressionam o governo para ampliar o subsídio ao diesel, caminhoneiros no Brasil criticam a alíquota fixa do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) definida pelos governos estaduais.

Na quinta-feira, os secretários de Fazenda dos estados definiram a criação de uma alíquota fixa e única em todo o país de R\$ 1,006 sobre o litro do preço do diesel. A medida foi tomada em resposta à Lei Complementar 192/2022, aprovada em 10 de março pelo Congresso para tentar conter o repasse feito pela Petrobras.

Os caminhoneiros consideram que a medida é insuficiente para compensar a alta dos derivados de petróleo anunciada pela Petrobras. Já revendedores de combustível criticam estados por encontrar brecha na lei complementar que

provocou a uniformização dos tributos estaduais.

Sindicatos que representam caminhoneiros autônomos estão insatisfeitos com a alíquota fixa para o diesel. Por enquanto, a categoria não prevê uma mobilização. Os sindicatos estudam atuar em outras vias, como a judicial. Para especialistas, a proximidade dos caminhoneiros com o governo Bolsonaro torna uma paralisação pouco provável.

“Nós não vemos essa medida reduzindo custos para os caminhoneiros e para a sociedade”, disse ao Correio o presidente da Associação Brasileira de Veículos Automotores (Abrava) e caminhoneiro Wallace Landim, conhecido como Chorão. “O que eu entendo é que todo esse projeto é algo paliativo, e tem casos em que o preço pode até subir”, continua.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística (CNTTL), Carlos Alberto Litt

Dahmer, afirma que a alíquota é bem-vinda, mas existem outras medidas necessárias.

“A redução dos preços vai acontecer, e todas as medidas nesse sentido são positivas, mas três coisas devem ser feitas: o fim do preço de paridade internacional; o aumento da capacidade nacional de refino; e a redução da lucratividade da Petrobras sobre o diesel”, elencou.

Revendedores

Para o cientista político André Rosa, a resistência da categoria em radicalizar decorre da relação próxima com o presidente Bolsonaro. “Muito se falou que o PT cooptava sindicatos, mas o governo Bolsonaro tem o controle dos sindicatos de caminhoneiros. Eu não vejo uma rebelião acontecendo contra o presidente. Se fosse só por conta dos preços, já teria acontecido algo”, disse.

O presidente do Sindicom-

bustíveis-DF, Paulo Tavares, também vê com reserva as medidas anunciadas para redução de combustível. Ele avalia que a tarifa única trará poucos benefícios.

“Na prática, não vai cair o preço dos combustíveis, e pode até aumentar. Foi uma brecha que [os estados] encontraram dentro da lei. Vai continuar havendo sonegação e guerra fiscal, gente comprando combustível em um estado mais barato e transportando para outro de forma ilegal”, afirma Tavares.

A Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes (Fecombustíveis) também expressou preocupação. Em nota, a Federação criticou a prática dos descontos, que permitem as unidades da Federação reduzirem a alíquota de R\$ 1,006. “Esse modelo é o que vigora atualmente e é exatamente a diferença de alíquotas praticadas hoje que incentiva a sonegação e deveria ser evitada”, reclama.



A redução dos preços vai acontecer, mas três coisas devem ser feitas: o fim do preço de paridade internacional; o aumento da capacidade nacional de refino; e a redução da lucratividade da Petrobras sobre o diesel

Carlos Alberto Litt,
presidente da CNTTL